

**1ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SETIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA
2DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
3ADOLESCENTE – CONANDA**

4Às nove horas e trinta minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e sete, na sala de
5reunião quatrocentos e vinte e cinco do Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, deu-
6se início a 147ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
7do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pela Senhora Presidente
8interina Carmen de Oliveira, Subsecretária dos Direitos da Criança e do Adolescente da
9Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A Assembléia
10contou com a presença dos conselheiros titulares: Alda Elizabeth Boehler Iglesias
11Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Antônio Pereira da Silva Filho, Federação
12Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas;
13Maria Ignês R. Souza Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Isaias
14Bezerra de Araújo, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos,
15Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fábio
16Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin,
17Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal,
18Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,
19Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves, Movimento
20Nacional de Direitos Humanos; Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselho Federal de
21Psicologia; Raimunda Nubial Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; José
22Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Ivanildo
23Tarjara Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Eduardo Basso, Ministério da
24Previdência Social; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda;
25Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Luis Fernando de Lara Resende,
26Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães,
27Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
28República; Ricardo do Nascimento de Avelar Fonseca, Ministério do Esporte.
29Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta
30Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e
31Combate à Fome; Vera Regina Rodrigues, Ministério da Educação; Luciana Cecco,
32Ministério do Esporte; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego;
33Andréa Giovannetti, Ministério das Relações Exteriores. Conselheiros Suplentes Não
34Governamentais presentes: Maria Carolina da Silva, Visão Mundial; Sandra da Fonseca,
35Aldeias Infantis SOS / Brasil; Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa
36Santo Agostinho e Moises do E. Santo Junior, Centro de Integração Empresa Escolar.
37**Abertura dos Trabalhos:** A Senhora Presidente interina fez a abertura da Assembléia
38cumprimentando a todos e em seguida falou sobre a reunião do Grupo de Trabalho para
39a conclusão dos eixos da VII Conferência Nacional, cujo resultado será apresentado
40posteriormente. **Aprovação da Pauta desta Assembléia e da Ata da 146ª Assembléia**
41**Ordinária:** A Pauta apresentada e a Ata da Assembléia do mês de dezembro de dois
42mil e seis foram aprovadas integralmente, sem alterações e/ou correções. **Apresentação**
43**do balanço da SPDCA:** Primeiramente, por se tratar da primeira Assembléia do ano,
44todos os conselheiros e demais presentes fizeram suas apresentações e em seguida a
45Senhora Subsecretária Carmen fez um balanço de gestão da SPDCA, informando que
46o documento ainda não estava consolidado. Em seguida, fez a apresentação dos tópicos
47contidos no documento conforme segue: **1) Área / Conselho:** atendimento
48socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei; enfrentamento da violência sexual
49contra crianças e adolescentes; proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte;
50promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; Pró-Conselho Brasil,
51sistema de informação para a infância e adolescência – Sipiá, convivência familiar e
52comunitária/rede nacional de identificação e localização de crianças e adolescentes
53desaparecidos – Redesap; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

542) **Marco situacional em março de dois mil e seis:** enfraquecimento da área; desgastes
55nas relações com a sociedade civil; redução do quadro funcional; complexidade dos
56programas; falhas no registro de informações básicas, falta de unidade nos
57procedimentos administrativos; problemas de integração nas e entre equipes; **3)**
58**Principais focos de Intervenção em dois mil e seis:** qualificação dos processos de
59trabalho; mudanças gerenciais; políticas de captação de recursos; fortalecimento das
60relações institucionais; cooperação internacional; **4) Qualificação dos processos de**
61**trabalho:** recomposição do quadro funcional; melhorias salariais; valorização do
62trabalho compartilhado; eventos de interação das equipes; reforma na área física e novos
63equipamentos; **5) Mudanças gerenciais:** integração da área de enfrentamento da
64violência sexual; criação de uma área de gestão de convênios e orçamento; constituição
65da equipe do programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte;
66redefinição na coordenação de três programas e produção de dados para a gestão dos
67programas; **6) Políticas de gestão e captação de recursos:** participação da
68Subsecretária e assessores na Comissão de Orçamento do Conanda; prestação pública
69de contas do FNCA através do site; diálogo com doze estatais para apresentação da
70SPDCA; qualificação dos projetos apresentados para financiamento (BID, Petrobras,
71Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Unesco, e Reino Unido); atualização da
72prestação de contas da execução orçamentária das doações da Petrobras, Caixa
73Econômica Federal e Banco do Brasil; **7) Fortalecimento das relações institucionais:**
74retomada do papel formulador da SPDCA na política nacional; afirmação da função
75gestora da SPDCA junto ao Conanda; estreitamento das relações com o judiciário e
76parlamentares da área; aproximação com as universidades; priorização da
77intersetorialidade (Comissões Intersetoriais, RedeSap, participação em Conselhos e
78diálogos com outras Secretarias e Ministérios); consolidação das parcerias com
79organismos e entidades internacionais (Unicef, Pnud, Unfpa, Usaid, Partners of the
80América, Save the Children); **8) Relações Internacionais:** cooperação com o Instituto
81Interamericano Del Nino; apresentação do relatório brasileiro referente ao protocolo
82facultativo à convenção sobre os direitos da criança relativo à venda de crianças, à
83prostituição infantil e à utilização de crianças na pornografia; acordo de cooperação
84técnica com a Colômbia e Uruguai; promoção da reunião intergovernamental com
85quarenta e dois países para discussão das diretrizes das nações unidas para proteção e
86cuidados alternativos da criança e adolescente privados de cuidados parentais;
87coordenação de um grupo de quatorze países na elaboração do documento final, a ser
88analisado pela Assembléia Geral da ONU; apresentação de projeto ao BID, na área de
89enfrentamento da exploração sexual, em parceria com Argentina, Paraguai e Uruguai;
909) **Avanços nos Programas – Gestão dois mil e três a dois mil e seis:** dos avanços
91apresentados destacamos alguns, conforme segue: coordenação do Comitê Gestor do
92Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente; construção de três novos
93programas Pró-Conselho Brasil, Ppcaam e enfrentamento da violência sexual;
94elaboração de dois projetos de leis, Ppcaam e Execução MSE; construção de duas novas
95políticas nacionais aprovadas. pelo Conanda: Sistema Nacional de Atendimento
96Socioeducativo e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da
97Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária; ações de articulação;
98coordenação de comissões intersetoriais; participação em eventos; desenvolvimento de
99cinco pesquisas; audiência com o Presidente da República; realização de seminários,
100encontros e oficina nacional; apoio direto à criação de conselhos dos direitos e
101conselhos tutelares e capacitação a distância para conselheiros de direitos e tutelares;
102elaboração da matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual comercial de
103crianças e adolescentes, que mapeou novecentos e trinta e dois municípios; implantação
104do Pair; realização de três campanhas nacionais e duas internacionais com o tema
105violência sexual; migração do disque denúncia para o governo federal; mudança para o
106disque 100 e call center próprio; implantação do ppcaam em quatro estados e
107qualificação das equipes; apoio a projetos de atenção a crianças e adolescentes em
108situação de violência armada (RJ e PE); **10) Número de Convênios efetivados no anos**

109de dois mil e três a dois mil e seis: a) enfrentamento do abuso e exploração sexual:
110quarenta e seis convênios; b) atendimento socioeducativo: cento e cinquenta e dois
111convênios; c) Promoção e Defesa de Direitos: cento e vinte convênios; **11) Próximos**
112**desafios:** recomposição da equipe para atender a expansão da área e novas demandas;
113criação de uma área de gestão da informática e sala de situação; desenvolvimento de
114quatro novos sistemas no Sopia (Ppcaam, Rede Sap, Rede IIN e Disque); monitoramento
115de denúncias de violação de direitos; viabilização de assessoria jurídica permanente;
116construção de procedimentos uniformes e ágeis na formalização dos convênios, bem
117como para monitoramento e avaliação; criação de um banco de projetos, que possibilite
118a formalização contínua de convênios; definição de procedimentos para a gestão do
119FNCA; readequação do espaço físico para agregar a área de enfrentamento da violência
120sexual; constituição de duas novas comissões intersetoriais (ppcaam e convivência
121familiar e comunitária); aprovação dos dois PLs; inserção de corte de equidade regional,
122etnia/raça e gênero nas políticas de direitos da criança e do adolescente; internalização
123do disque denúncia no PPA; transformação do ppcaam de ação para programa no PPA;
124elaboração do PPA/PPACA, Relatório da Convenção dos direitos da criança e do
125adolescente e realização das conferências. Além destes tópicos, foram apresentados
126gráficos sobre os convênios, sobre a evolução do orçamento do FNCA e da SPDCA
127nos períodos de mil novecentos e noventa e nove a dois mil e seis e, previsão
128orçamentária para o exercício de dois mil e sete. Após a apresentação, a Vice-Presidente
129interina Júlia abriu o debate tendo sido registrados os pontos que seguem: O conselheiro
130Fábio indagou sobre como estava o funcionamento do Sopia e, se na reconstituição da
131equipe da SPDCA haviam alocado pessoal para o setor de comunicação do Conanda.
132Ressaltou também que na explanação não se abordou a implantação do Sinase. A
133conselheira Maria Ignês, parabenizou a Subsecretária pelo trabalho e compromisso
134apresentados. Com relação ao Sopia, considerou a necessidade de uma avaliação do
135Sistema para detectar suas principais dificuldades. Indagou também, qual teria sido o
136papel e a forma de entrosamento do Conanda no balanço apresentado. A conselheira
137Thereza parabenizou a apresentação e disse ter percebido o entendimento de integração,
138considerando a apresentação um desafio para os conselheiros governamentais e para o
139Conanda, como um todo. Questionou sobre os recursos do FNCA no valor de cinquenta
140e três milhões de reais. A Subsecretária esclareceu que já havia tido uma apresentação
141do Sopia pelo ex-Gerente do Programa, Senhor Geraldo, e que o mesmo havia
142apresentado um diagnóstico (equipamentos tecnológicos ultrapassados e a proposta para
143revitalização do sistema). A Subsecretária concordou com a conselheira Maria Ignez
144de que, os módulos precisavam ser aperfeiçoados bem como, a necessidade de manter
145articulações com os Tribunais de Justiça dos Estados. Com relação ao Sinase, destacou
146o Encontro com os Gestores Estaduais e Municipais promovido pela SPDCA para
147discutir o Edital de dois mil e sete, sobre os procedimentos e critérios para repasse de
148recursos o qual envolve o Sinase. Alegou que, tanto o Sinase como o Plano de
149Convivência Familiar e Comunitária serão inseridos no PPA para dois mil e oito a dois
150mil e onze. Foi ressaltado ser imprescindível o trabalho conjunto com o Conanda e com
151a Secretaria Executiva. Com relação ao montante de recursos do FNCA, a Subsecretária
152esclareceu que o valor informado era estimativo para autorizar a arrecadação e não o
153valor real. Continuando o debate, o conselheiro José Eduardo após parabenizar a
154Subsecretária e a equipe pelo trabalho apresentado, destacou três pontos: o primeiro era
155a necessidade de se fortalecer o orçamento do FNCA no que tange ao Orçamento da
156União, alegando que os recursos provenientes de arrecadação eram um complemento à
157receita do Fundo; o segundo ponto foi com relação ao Sopia, citando o relatório do
158Tribunal de Contas da União como um diagnóstico para a revitalização do Sistema e o
159terceiro ponto destacado pelo conselheiro, foi para que o Observatório de Direitos
160Humanos fosse inserido na Sala de Situações a ser criada. A conselheira Andréa
161ressaltou a interface do Ministério das Relações Exteriores com a SPDCA, enfatizando
162o momento significativo do Itamaraty na área da criança e do adolescente, no tocante
163aos Protocolos Internacionais. Citou o relatório da ONU e, o relatório do envolvimento

164de crianças e adolescentes em conflito armado. Apesar disso, a conselheira considerou a
165falta de interlocução política entre a SPDCA e àquele Ministério. Outro ponto abordado,
166foi à promoção de reunião intergovernamental com os vários países para discussão das
167diretrizes sobre proteção e cuidados alternativos para crianças e adolescentes privados
168de cuidados parentais e do esboço que o Brasil havia elaborado. Salientou que era
169interesse que a SPDCA participasse da elaboração da resolução a ser apresentada no
170mês de setembro vindouro, na Reunião da ONU. A conselheira falou do acordo com o
171Instituto Interamericano Del Niño, a necessidade de se intensificar as relações com o
172mesmo e também, sobre as relações binacionais Brasil/Uruguai. O conselheiro Isaias
173sugeriu que os outros setores do governo também fizessem balanços de suas áreas
174finalísticas e apresentassem relatórios à Assembléia do Conanda. O conselheiro
175argumentou que na ocasião da criação do Fundo Nacional se discutiu o seu não
176atrelamento a uma Secretaria específica bem como, era necessário diferenciar as ações
177do Conanda com outras áreas de atuação. A conselheira Júlia destacou que a questão do
178Sipia deverá ser inserida no debate do Conanda assim como, aprofundar as discussões
179sobre outras questões relativas ao Conselho citando como exemplo a questão: de:
180comunicação, da estrutura da Secretaria Executiva (pessoal, espaço físico, etc...). A
181assessora Jackeline complementou a fala da conselheira alegando que, no que tange ao
182Plano de Comunicação a Andi já se encontrava presente para acompanhar a elaboração
183do mesmo e que para isso, era necessário estabelecer as prioridades. A plenária solicitou
184que fosse repassada a metodologia do Plano para análise dos conselheiros. A
185conselheira Miriam destacou a importância da presença de muitos conselheiros
186governamentais na plenária, desejando que este fato ocorresse em todas as demais
187Assembléias e endossou as falas dos conselheiros Fábio e Júlia. O conselheiro Ricardo
188Caporal, sugeriu que se fizesse também o balanço das ações do Conanda. Manifestou
189sua preocupação com a relação Conanda e a SPDCA. Ressaltou que as estratégias de
190atuação devem ser as mesmas porém, competia ao Colegiado às deliberações das ações.
191O conselheiro Ariel falou sobre as medidas cautelares impostas pela Comissão
192Interamericana de Direitos Humanos e a falta de defesa do governo brasileiro e do
193Estado de São Paulo. Esclareceu que o governo brasileiro aceitou passivamente a não
194formação do Grupo de Trabalho que seria composto pelo Conanda, governo federal e
195governo estadual de São Paulo, não tendo sido tomadas outras providências sobre a sua
196não formação. O conselheiro também propôs a realização de balanço das ações do
197Conanda. Com relação ao Edital dois mil e sete, discordou que fosse priorizado recursos
198para construção, considerando que esta deveria ser uma ação dos Governos estaduais.
199Com relação ao programa de proteção, o conselheiro questionou o porquê do
200atendimento estar concentrado nas capitais e qual era a demanda de atendimento do
201interior. A Subsecretária Carmen esclareceu a questão da Gestão do FNCA e o trabalho
202que é desenvolvido pela SPDCA. Com relação ao Sinase, alegou que o mesmo
203priorizava a primazia citando como exemplo as medidas socioeducativas de Liberdade
204Assistida como ação continuada, que devem ser financiadas com recursos da União.
205Com relação ao relatório da Convenção Internacional para proteção e cuidados
206alternativos de crianças e adolescentes privados de cuidados parentais, a Subsecretária
207informou que já havia mantido contatos com o Unicef e a Ancead para elaboração da
208Resolução. No que tange ao acompanhamento das Medidas Cautelares, disse concordar
209com a pouca dedicação às mesmas e que, no Distrito Federal havia sido criada uma
210Comissão para acompanhamento das medidas. Quanto ao Acordo Internacional
211Brasil/Colômbia, foi informado sobre as ações que são desenvolvidas nas cidades
212gêmeas de Tabatinga e Letícia. A respeito da Secretaria Executiva do Conanda, foi
213esclarecido sobre a necessidade de adequação do espaço físico da Subsecretaria e a
214constituição de procedimentos uniformes entre todos os Conselhos vinculados à
215Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Informou ainda, que os programas do
216PPCAAM estão localizados nas capitais sim, porque os Convênios haviam sido
217firmados para isso e no caso de Minas Gerais o convênio foi com o Governo do Estado.
218Em São Paulo com a Prefeitura Municipal e nos Estados do Espírito Santo e Rio de

219Janeiro com ONG. Ela esclareceu que os próximos Convênios já seriam firmados com
 220os Governos do Estado de Pernambuco e do Distrito Federal e não mais com Prefeitura
 221e ONG. Acatou as sugestões apresentadas para que tanto no Sinase como no Plano de
 222Convivência Familiar e Comunitária, ficassem explícitos os papéis da SPDCA.

223Recomposição das Comissões Temáticas: As Comissões Temáticas foram
 224reestruturadas de acordo com o novo regimento interno e recompostas levando-se em
 225consideração a alternância para as coordenações e relatorias, ficando assim constituídas:

2261 - Comissão de Políticas Públicas para a Infância e Adolescência; Coordenação:
 227Thereza de Lamare, **relator:** a ser indicado na próxima Assembléia. **Conselheiros**
 228**Governamentais Titulares:** Ministérios do Trabalho e Emprego, Saúde, Educação,
 229Previdência Social, Planejamento, Orçamento e Gestão, Desenvolvimento Social e
 230Combate à Fome. **Suplentes:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselheiros**
 231**Não Governamentais Titulares:** Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua,
 232Sociedade Brasileira de Pediatria, Central Única dos Trabalhadores, Inspeção São João
 233Bosco/Salesianos, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Federação Nacional de
 234Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas. **Suplentes:**
 235Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho, Associação Brasileira de Magistrados e
 236Promotores de Justiça da Infância e da Juventude e Centro de Integração Empresa
 237Escola. **Assessores Técnicos da SPDCA:** Márcia, Alexandre, Cristina Albuquerque,
 238Edna, Ana Cartaxo e Bernadete. **2 - Comissão de Mobilização e Formação;**
 239**Coordenação:** Marta Tonin. **relator:** a ser indicado na próxima Assembléia.
 240**Conselheiros Governamentais Titulares:** Ministérios da Cultura, das relações
 241Exteriores, Casa Civil da Presidência da República e Secretaria Especial de Políticas de
 242Promoção da Igualdade Racial. **Suplentes:** Ministérios da Justiça e Educação.
 243**Conselheiros Não Governamentais Titulares:** Pastoral da Criança, Conferência
 244Nacional de Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de
 245Psicologia. **Suplentes:** Conselho Federal de Serviços Social, Visão Mundial e Aldeias
 246Infantis SOS Brasil. **Assessores Técnicos da SPDCA:** Alberto, Susana, Luana e
 247Jackeline. **3 - Comissão de Orçamento e Finanças; Coordenador:** Fábio. **relator:**
 248Rogério Fernandes. **Conselheiros Governamentais Titulares:** Ministérios da Justiça,
 249da Fazenda, do Esporte e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Suplentes:**
 250Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Conselheiros Não Governamentais**
 251**Titulares:** União Brasileira de Educação e Ensino, Associação Cristã de Moços e
 252Fundação Fé e Alegria do Brasil e Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.
 253**Assessores Técnicos da SPDCA:** Paulo Marques, Marco Natalino e Francisco. Após a
 254reestruturação das Comissões as equipes se reuniram no turno da tarde para tratarem de
 255assuntos pertinentes às suas áreas de atuação. No segundo dia deu-se continuidade à
 256Assembléia com a pauta de trabalho que segue: **Eleição da presidência e da vice-**
 257**presidência do Conanda:** Antes do início do processo eleitoral o conselheiro Ricardo
 258Caporal falou em nome da Sociedade Civil sobre a reflexão que os conselheiros não
 259governamentais haviam feito no sentido de transferir a eleição para o mês de março,
 260considerando a reforma ministerial pelo governo federal, evitando-se assim as possíveis
 261substituições. O conselheiro Ivanildo contrargumentou, alegando que o representante do
 262governo não seria a pessoa mas sim, o governo. Disse entender a preocupação
 263apresentada mas que a mesma não era motivo de impedimento para adiar a eleição. A
 264Presidente interina, Senhora Carmen, esclareceu que teve a preocupação de levar o
 265assunto ao Ministro Paulo Vannuchi e que a preocupação do mesmo era para que não
 266passasse a idéia de paralisação das ações e que, a não realização da eleição estaria
 267contrariando o desejo do Senhor Ministro. As argumentações foram acatadas dando-se
 268continuidade ao processo, com a participação dos conselheiros José Eduardo e Ariel,
 269que assumiram a coordenação da mesa. O conselheiro Ricardo Caporal salientou que a
 270discussão da candidatura da sociedade civil pautou-se sobre o seguinte perfil: entidade
 271de tradição na luta de defesa dos direitos da criança e do adolescente e disposição para o
 272cargo. Nesse sentido, o nome de consenso indicado para a vice-presidência era da
 273conselheira Maria Júlia Deptulski, que já estava assumindo interinamente desde o início

274do ano. A conselheira Thereza de Lamare alegou que o nome da Subsecretária Carmen
 275para Presidente do Conselho foi o escolhido porque ela já estava à frente da SPDCA e
 276pelo reconhecimento da sua pessoa. Ressaltou também, que o balanço apresentado
 277demonstrava a importância da Subsecretaria. Assim, as candidatas apresentadas foram
 278eleitas unanimemente por aclamação da plenária. A nova Presidente do Conanda Senhora
 279Carmen Oliveira, disse estar honrada por assumir o cargo e, em especial, por ser a
 280primeira mulher Presidente do Conselho. Disse também que o momento era especial por
 281ser a primeira mulher da família a ter uma profissão e que, com esta eleição, estava
 282homenageando todas as mulheres da sua família. A Vice-Presidente Maria Júlia falou da
 283importância de participar da Presidência de um colegiado como o Conanda. Ressaltou a
 284importância do debate, da participação e da colaboração de todos os conselheiros, para
 285que a criança e o adolescente tenham garantido a prioridade absoluta. Após a eleição os
 286servidores da SPDCA prestaram homenagens à Presidente e a Vice entregando a ambas,
 287ramalhetes de flores. Homenageados ainda, os novos conselheiros que estavam
 288chegando, na pessoa da conselheira Maria Ignês e o conselheiro José Eduardo, que
 289estava deixando o Conselho, entregando a ambos uma flor para simbolizar a
 290homenagem. Em seguida foi apresentado um vídeo-clip da posse dos conselheiros da
 291Sociedade civil. **Relato das Comissões Temáticas Grupo de Trabalho: I - GT**
 292**sobre a Conferência Nacional:** O conselheiro Fábio destacou que, na reunião
 293realizada no mês de janeiro para discutir os eixos da VII Conferência, havia feito uma
 294reflexão muito rica para a definição dos subtemas e dos tópicos a serem contemplados.
 295Segue a relação dos subtemas aprovados após o debate e as sugestões apresentadas pela
 296plenária. **Tema Central:** “Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes –
 297Investimento Obrigatório”. **Sub-temas: 1)** Orçamento Criança e Adolescente: Garantia
 298de Direitos. Tópicos a serem contemplados na ementa: Orçamento público, controle,
 299fundo da criança e do adolescente, monitoramento e mídia; **2)** Sistema Nacional de
 300Atendimento Socioeducativo – Sinase como política de atendimento socioeducativo.
 301Tópicos a serem contemplados na ementa: Reordenamento, competências, orçamentos,
 302intersectorialidade, mídia, gestão, responsabilização, financiamento, recursos humanos.
 303**3)** Convivência familiar e comunitária. O Plano como política de proteção. Tópicos a
 304serem contemplados na ementa: Competências, responsabilidades, intersectorialidade,
 305financiamento, gestão e mídia. Foi aprovado também, o aumento do total de
 306participantes para mil e quinhentas pessoas e a inclusão de convidados nas seguintes
 307categorias: **Conselhos Setoriais:** oito vagas por estado, sendo duas vagas para os
 308seguintes conselhos: educação, saúde, assistência social e um conselho de escolha da
 309conferência estadual; **Universidades:** duas vagas por estado, para universidades locais,
 310definidas pela conferência estadual; **Sistema de Justiça:** quatro vagas por estado, na
 311categoria de “Delegado”, para as seguintes representações: Coordenação do Centro de
 312Apoio da Infância e da Juventude do Ministério Público Estadual, Defensor Público /
 313Núcleo de Defesa Técnica do Adolescente em Conflito com a Lei, Juiz da Infância e da
 314Juventude e Delegacia Especializada de Crianças e Adolescentes de proteção ou de
 315apuração de ato infracional. **II - Comissão Temática de Políticas Públicas:** A
 316conselheira Miriam, relatora “ad hoc”, fez o relato da Comissão conforme segue: **1)**
 317Assembléia descentralizada: A proposta de realizar Assembléia Ampliada em
 318comemoração ao dia dezoito de maio foi aprovada pela plenária, ficando a decisão do
 319local para a próxima Assembléia; **2)** Avaliação dos PLs e PECs sobre crianças e
 320adolescente que tramitam no Congresso Nacional: A Comissão avaliou que não era seu
 321papel dar parecer sobre os projetos de Políticas Públicas repassados. A conselheira
 322Marta esclareceu a parceria firmada com o Unicef e o Cecria para análise de projetos de
 323lei e projetos de emenda constitucional na área da criança e do adolescente que tramitam
 324no Congresso Nacional e, a divisão dos mesmos para parecer, ficando para a Comissão
 325de Políticas Públicas os projetos de políticas públicas, cujo prazo encerrará no dia vinte
 326e oito de fevereiro próximo. Tendo em vista a exigüidade de tempo foi proposto pela
 327plenária à cooperação de outros ministérios e/ou órgãos que pudessem contribuir com a
 328elaboração dos pareceres; **3)** PL sobre adoção: Foi informado pela relatora que o PL

329 substitutivo seis mil duzentos e vinte e dois, estava pronto para ser votado no plenário
330 da Câmara dos Deputados. Neste sentido, foi aprovado para que a Presidente do
331 Conanda avaliasse o cenário no Congresso Nacional, para uma mobilização efetiva
332 junto ao Presidente da Câmara e demais Parlamentares, envidando todos os esforços a
333 fim de desconstruir o que está posto inclusive com a interveniência dos Senhores
334 Ministros Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Patrus
335 Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **4)**
336 **Esclarecimentos:** A Comissão solicitou esclarecimentos sobre o porquê dos
337 conselheiros não terem sido informados da realização do Encontro de Semiliberdade, no
338 mês de dezembro de dois mil e, seis e do Encontro de Gestores em janeiro de dois mil e
339 sete, para discutir o Edital / Sinase. Foi questionado também, qual era o papel do
340 Conanda no acompanhamento e na implementação do Sinase. A Presidente esclareceu
341 que o Presidente José Fernando havia participado do evento de semiliberdade e o
342 Senhor Paulo Marques complementou que havia sido informado na Comissão pela
343 então conselheira Edna Lúcia. Quanto ao Encontro de Gestores foi justificado que a sua
344 organização tinha sido muito rápida, não havendo tempo hábil para a sua divulgação.
345 Com relação à participação do Conanda, a Presidente esclareceu que, tanto o Conanda
346 como a SPDCA tinham algumas funções distintas e outras conjuntas. Quanto ao
347 Encontro dos Gestores, ela esclareceu que competia a SPDCA à sua execução. Alegou
348 que o Conanda esteve presente e que não era intenção da SPDCA o trabalho paralelo
349 porém, havia clareza qual era o papel da Subsecretaria e do Conanda. Salientou que a
350 intenção da SPDCA era pelo trabalho compartilhado, respeitando-se os espaços de cada
351 um. O conselheiro Fábio ressaltou a importância da participação do Conanda para o seu
352 fortalecimento bem como para o fortalecimento dos demais Conselhos dos Direitos. O
353 conselheiro Ricardo Caporal alegou que era papel do Conanda acompanhar todo o
354 processo. O Senhor Paulo Marques ressaltou a existência da Comissão Intersetorial para
355 acompanhamento do Sinase e que, na Comissão havia a representação do Conanda
356 sendo que a Comissão havia sido informada do Encontro de Gestores. A Presidente se
357 comprometeu a repassar a todos a sistematização do evento e aproveitou para informar
358 sobre a edição do Boletim Informativo da SPDCA que será editado semanalmente e do
359 Encontro a ser promovido pela SEDH, a ser realizado nos dias vinte e oito e vinte e
360 nove de março próximo, com todos os conveniados estando desde de já, todos
361 convidados. **5) Publicação dos livros do Professor Antonio Carlos Gomes da Costa:** O
362 conselheiro José Eduardo indagou sobre o andamento da publicação dos livros, tendo
363 sido informado que o mesmo encontrava-se na Biblioteca para elaboração da ficha
364 catalográfica e, que será repassado ao conselheiro por meio eletrônico; **6) Publicação**
365 **do Sinase:** A conselheira Thereza informou que o Grupo composto pelos conselheiros
366 Cláudio, Fernando e por ela, para elaboração do Sumário do Sinase, havia concluído o
367 trabalho e que o mesmo não atendia as necessidades e que havia sido proposto uma
368 publicação de bolso do Sinase, para facilitar o seu manuseio. Após o debate ficou
369 decidido que a Comissão Intersetorial irá avaliar e decidir se será publicado o Sumário
370 ou a íntegra do Sinase. **7) Planejamento Estratégico:** A Comissão propôs os seguintes
371 pontos a serem inseridos no Planejamento Estratégico: **a)** revisão das diretrizes
372 nacionais para política integral a infância e adolescência; **b)** oficina de aprendizagem; **c)**
373 povos indígenas; **d)** oficina Quilombinho; **e)** Sinase; **f)** anteprojeto de lei de execução
374 das medidas socioeducativas; **g)** plano nacional de convivência familiar e comunitária;
375 **h)** resolução sobre abrigos; **i)** acompanhar e monitorar o plano nacional de combate ao
376 trabalho infantil; **j)** iniciar o debate sobre o trabalho de crianças e adolescentes em
377 atividades culturais e artísticas. **III - Comissão de Mobilização e Formação:**
378 **Coordenadora:** Marta Tonin. **Relator:** Nome a ser definido na próxima reunião. A
379 conselheira Marta fez o relato dos trabalhos, primeiramente destacando o papel da nova
380 Comissão e a importância da mobilização e da formação e, em seguida, apresentou os
381 seguintes pontos: **1)** Solicitar ponto de pauta na próxima Assembléia para apresentação
382 dos resultados da Pesquisa sobre os Conselhos de Direitos e Tutelares e a Pesquisa
383 “Conhecendo a realidade” Fia/Pró-Conselho Brasil/ Ceats; **2)** Solicitar ponto de pauta

384na próxima Assembléia para apresentação do Plano de Comunicação do Conanda; **3)**
385Formação da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional; **4)** Divulgação da
386Teleconferência no dia vinte e seis de fevereiro próximo, para discussão do Edital sobre
387procedimentos e critérios para aprovação de projetos. No debate dos pontos
388apresentados foi sugerida a inclusão dos municípios para participarem da
389Teleconferência, por meio das Câmaras Municipais e a indicação da Assessora Técnica
390Jackeline para organização da mesma. Com relação ao Plano de Comunicação, foi
391distribuída a metodologia proposta pela Andi para análise e sugestões de todos os
392conselheiros. **4) Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional.** A comissão
393Organizadora foi composta pelos seguintes conselheiros: **Coordenadores:** Fábio
394Feitoza e Thereza de Lamare. Conselheiros Titulares: Luís Fernando, Isaias, Aurilene,
395Antonio, Solange e Cristina Guimãres. **Suplentes:** Ricardo Caporal, Júlia Deptulski,
396Thais e Vera. Foi aprovado que a Comissão apresentasse ao longo do ano proposta para
397a efetividade, a visibilidade e a comunicação dos resultados da Conferência Nacional
398bem como, a metodologia de participação dos adolescentes na referida Conferência. **IV**
399– **Comissão de Orçamento e Finanças: Coordenador:** Fábio Feitoza. **Relator:**
400Rogério Fernandes. O conselheiro Rogério fez o relato dos trabalhos abordando os
401seguintes assuntos: **1)** Realização da teleconferência: necessidade de definição de
402participação de representantes da sociedade civil em Brasília e nos estados com a
403finalidade de orientar os conselheiros estaduais dos direitos sobre o papel dos Conselhos
404na seleção dos projetos. Público Alvo: conselheiros, interessados em apresentar projetos
405(ONG, Governos Estaduais e Municipais das capitais e universidades). A
406teleconferência será realizada na Interlegis, por meio das Assembléias Legislativas
407Estaduais; **2)** Documento sobre o Fundo que está em consulta pública: Discussão do
408documento na próxima reunião da Comissão; **3)** Edital sobre Projetos Esportivos
409Sociais: O Edital para seleção de projetos nos anos de dois mil e sete a dois mil e dez
410será discutido e deliberado na próxima Assembléia do Conanda; **4)** Projetos de
411abrangência nacional e ações estratégicas: A Comissão ira discutir e deliberar o plano
412de aplicação para os projetos sobre abrangência nacional e ações estratégicas de que
413trata o artigo segundo da Resolução cento e vinte e dois do Conanda; **5)** Projeto de Lei
414nº 1.300 (Unafisco): Na próxima reunião a Comissão irá se informar sobre o andamento
415do Projeto no Congresso Nacional; **6)** Projeto de Cooperação com o TCU: A Comissão
416irá retomar o assunto na sua próxima reunião; **7)** Balanço das Ações do Conanda: A
417Secretaria Executiva deverá elaborar minuta sobre o Balanço das suas ações para
418apreciação dos conselheiros; **8)** Execução Orçamentária SPDCA/FNCA: A Comissão
419propôs que a partir da aprovação da LOA de dois mil e sete sejam priorizados os
420pagamentos dos convênios pendentes de dois mil e seis; A conselheira Aurilene
421solicitou que fosse apresentada a situação dos projetos financiados pelo FNCA. Neste
422sentido, a Senhora Presidente solicitou que a Secretaria Executiva enviasse a todos os
423conselheiros a relação dos projetos e do orçamento que estão em execução tanto do
424FNCA como da SPDCA; **9)** Planejamento estratégico: As propostas da Comissão
425foram: **a)** concluir o processo de elaboração dos parâmetros para criação e execução dos
426fundos dos direitos e rever as resoluções setenta e seis e oitenta e um, que estabelecem
427regras para captação de recursos; **b)** acompanhar o processo de elaboração do PPA dois
428mil e oito a dois mil e onze, LDO e LOA dois mil e oito; **c)** acompanhamento da
429execução orçamentária das políticas públicas executadas pelos ministérios na área da
430criança e do adolescente; **d)** rever os procedimentos de gestão do Fundo Nacional e,
431acompanhar a tramitação do Projeto de Lei da Unafisco no Congresso Nacional; **e)**
432elaborar critérios para aplicação dos recursos do FNCA em dois mil e oito; **f)** pautar
433duas plenárias do Conanda para acompanhar as políticas de execução orçamentária dos
434ministérios. Finalizando o relato das Comissões, foi definida pela plenária a pauta da
435próxima plenária e do planejamento estratégico, ficando decidido que as modificações
436emergentes e necessárias fossem feitas pela presidência com o “ad referendum” dos
437conselheiros. A Senhora Presidente informou que em reunião realizada com os
438conselheiros governamentais, havia sido proposta a formação de uma mesa diretora para

439 agilização dos trabalhos do Conselho e que a mesa seria composta pelo Presidente, Vice
440 e coordenadores de Comissões. A vice-Presidente, Senhora Júlia ponderou a proposta
441 alegando que a mesma não era regimental porém, que a mesma poderia ser utilizada
442 informalmente como sistemática de trabalho, reunindo-se com as coordenações nos
443 finais das plenárias, tendo sido a proposição aprovada por todos. **Indicação de**
444 **conselheiros:** As Comissões fizeram as indicações dos conselheiros para representarem
445 o Conanda conforme segue: **Comissão de Políticas Públicas:** Foram aprovadas as
446 seguintes indicações: **1)** Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Conaeti:
447 conselheiro Antônio; **2)** Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-juvenil: conselheiras
448 Thereza e Alda; **3)** Fórum Nacional Peti: conselheira Miriam; **4)** Articulação com o
449 Conade: conselheiros Alda, MEC e Onofre; **5)** Comissão Intersetorial de
450 Acompanhamento do Sinase: Titular, conselheiro Ariel e Suplente, conselheira Júlia.
451 **Comissão de Mobilização e Formação:** **1)** Pró-Conselho Brasil, Conselheira Beatriz.
452 **Comissão de Orçamento e Finanças:** **1)** Reunião conjunta Conanda, CNAS, SEDH,
453 MDS, Congemas e Fonseas, conselheiro Isaias; **2)** PPA 2008/211: conselheiros Ricardo
454 Caporal e Fábio; **2)** Comissão de Chancela: conselheiro Ricardo Caporal; **3)** Programa
455 Presidente Amigo da Criança e do Adolescente-PPACA: conselheira Maria Ignês.
456 **Informes e Representações:** **1)** A Vice-Presidente, Senhora Júlia, pediu que fossem
457 solicitadas à Telemig Celular informações sobre a realização ou não do VII Seminário
458 Pró-Conselho; **2)** O conselheiro Isaias, informou que esteve na reserva Chico Mendes,
459 em Xapuri/Acre e deparou com a grave situação de exploração sexual de crianças e
460 adolescentes, propondo a criação de uma força tarefa para tratar do assunto. O
461 Secretário Executivo Paulos Marques, propôs que a Comissão Intersetorial de Combate
462 a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente acompanhasse a questão; **3)** A
463 conselheira Maria Ignez, informou sobre o recebimento de relatório contendo denúncias
464 de tortura e maus tratos de adolescentes internos na Unidade da Febem-Bauru e qual era
465 procedimento adotado pelo Conselho para estes casos. A Vice-Presidente esclareceu
466 que, de acordo com as deliberações do Conanda, denúncias dessa natureza seriam
467 encaminhadas aos Conselhos Estaduais dos Direitos para acompanhamento do assunto.
468 O conselheiro Manoel Onofre acrescentou, que era competência dos Conselhos
469 Tutelares, da Justiça e da Promotoria da Infância e Juventude a fiscalização das
470 Unidades. Para ele, a decisão de encaminhar estas questões aos Conselhos Estaduais dos
471 Direitos deveria ser revista. O Secretário Executivo Paulo Marques, informou que a
472 SPDCA havia recebido a denúncia e encaminhado ao Ministério Público de São Paulo e
473 demais órgãos de fiscalização. O conselheiro Ariel, argumentou sobre a importância do
474 Conanda de se pronunciar sobre o assunto. Salientou que o Conselho de Defesa dos
475 Direitos da Pessoa Humana – CDDPH já havia tomado as providências e que, o
476 documento seria enviado ao Conselho Estadual de São Paulo – Condeca, para
477 informações sobre as providências adotadas. Foi sugerido que o Conanda fizesse a
478 mesma coisa. A conselheira Aurilene ponderou que, embora os Conselhos Estaduais dos
479 Direitos não fossem órgãos fiscalizadores, os mesmos eram responsáveis pelo controle
480 social das ações; **4)** A conselheira Beatriz informou que um grupo de Empresários
481 formaram uma Comissão em prol da educação e que, uma das cinco metas propostas
482 apresentadas era alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade e dar condições
483 para que elas continuassem exercitando a leitura. Para isso, solicitaram a parceria com a
484 Pastoral da Criança por causa da sua capilaridade nacional. Neste sentido a conselheira
485 solicitou sugestões até o dia primeiro de março, as quais irão ajudar a Comissão atingir
486 os seus objetivos. Informou ainda que, a Rede Globo dará o apoio logístico e a Gerdau o
487 apoio financeiro; **5)** A Presidente, Senhora Carmen, informou sobre a Campanha de
488 Carnaval “Unidos contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, que será
489 lançada no dia treze de fevereiro próximo, na cidade de Salvador, com a presença do
490 Senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. Foram indicados para
491 representar o Conanda em outros quatro estados da federação, juntamente com a
492 Senhora Presidente, os seguintes conselheiros: Salvador, Fábio; Porto Alegre, Ricardo
493 Caporal; Recife, Ariel; Fortaleza, Aurilene; e Rio de Janeiro, Isaias. Segundo a Senhora

494Presidente, as cidades foram escolhidas com base em um mapeamento de
495vulnerabilidade de turismo sexual. Foi informado que, além do lançamento, seriam
496veiculadas nas televisões e aeroportos mensagem da campanha, e que, durante o
497carnaval, a Polícia Rodoviária Federal também aumentaria a fiscalização nas estradas e
498postos dos cinco Estados envolvidos na campanha. Informado ainda, a notificação dos
499Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos e demais redes, para a mobilização
500nestes dias e para a temática; 6) O conselheiro Ricardo Caporal, propôs agendar um café
501da manhã com o Presidente da República a cada seis meses, para expor as ações do
502Conselho. O conselheiro Manoel Onofre endossou a proposta, acrescentando que
503fossem agregados outros setores importantes, como o Conselho Federal de
504Contabilistas. O conselheiro Ivanildo, apresentou suas ponderações sobre a agenda do
505Presidente e considerou mais conveniente que o convite fosse feito para que ele
506conhecesse a nova composição do Conanda. A Senhora Presidente considerou que o
507momento não era adequado, tendo em vista a possível mudança de Ministro, sugerindo
508a discussão do assunto para outro momento. Não tendo mais nada a ser tratado, a
509Senhora Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia.
510Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

511

512

513

514

Carmen S. de Oliveira

515

Presidente